



UM ESTÁDIO COM BARREIRAS: A REABERTURA DE SÃO JANUÁRIO E OS IMPACTOS SOBRE OS TRABALHADORES AMBULANTES

■ RAFAEL FREITAS BEZERRA

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: freitasrafaelbez@gmail.com



RESUMO: Inaugurado em 1927, o estádio de São Januário, inserido na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, já foi muito desdenhado por conta da sua localização vizinha à favela da Barreira do Vasco. Em junho de 2023, em decisão judicial com fortes expressões preconceituosas, o equipamento esportivo do Club de Regatas Vasco da Gama foi interdito e a segurança foi a grande justificativa para tal processo. Três meses após o fechamento, a reabertura foi comemorada após longa discussão sobre como a interdição do estádio causava uma forte consequência no comércio local. Paradoxalmente, a abertura presenciou um novo impedimento, dessa vez voltado para os ambulantes, que encontraram uma barreira que impossibilitava o seu trabalho em determinados espaços nos arredores do estádio. A partir do conceito de espaço cinzento de Goren Yiftachel e revisões bibliográficas, análise do Termo de Ajustamento de Conduta, idas ao campo e entrevistas, o presente trabalho busca analisar os impactos sofridos por esses trabalhadores, que viram os espaços serem interditados a eles, enquanto o espaço liberado, sem normas e barreiras, era o único possível para suas vendas. Por conta dessa análise, é possível vislumbrar um possível aumento desta problemática a partir da possibilidade de reforma do estádio, que, por sua vez, poderia causar uma aceleração no processo de exclusão desse entorno como um todo, trazendo ainda mais danos para os ambulantes.

Palavras chaves: Informalidade urbana; Trabalhadores ambulantes; São Januário.

A STADIUM WITH BARRIERS: THE REOPENING OF SÃO JANUÁRIO AND THE IMPACTS ON STREET WORKERS

ABSTRACT: Inaugurated in 1927, the São Januário stadium, located in the northern zone of Rio de Janeiro, has often been looked down upon due to its proximity to the Barreira do Vasco favela. In June 2023, a judicial decision marked by strongly prejudiced expressions led to the closure of this sports facility belonging to Club de Regatas Vasco da Gama, with security concerns cited as the main justification for the measure. Three months after its closure, the stadium's reopening was celebrated following extensive discussions about how the shutdown had significantly impacted local commerce. Paradoxically, the reopening witnessed a new restriction, this time targeting street vendors, who faced barriers that prevented them from working in certain areas around the stadium. Using Goren Yiftachel's concept of gray spaces, literature reviews, an analysis of the Term of Conduct Adjustment, field visits, and interviews, this study aims to analyze the impacts faced by these workers, who saw spaces being closed off to them, while the only areas available for their sales were unregulated and unrestricted. Based on this analysis, it is possible to foresee a potential worsening of this issue with the possibility of the stadium's renovation, which could accelerate the exclusion of the surrounding area as a whole, further harming street vendors.

KEY-WORDS : Urban informality; Street workers; São Januário.

UN ESTADIO CON BARRERAS: LA REAPERTURA DE SÃO JANUÁRIO Y LOS IMPACTOS EN LOS VENDEDORES AMBULANTES

RESUMEN: Inaugurado en 1927, el estadio São Januário, ubicado en la zona norte de la ciudad de Río de Janeiro, alguna vez estuvo muy abandonado debido a su ubicación junto a la favela Barreira do Vasco. En junio de 2023, en una decisión judicial con fuertes expresiones prejuiciosas, se prohibió el equipamiento deportivo del Club de Regatas Vasco da Gama y la seguridad fue la principal justificación de este proceso. Tres meses después del cierre, se celebró la reapertura después de una larga discusión sobre cómo el cierre del estadio tuvo un fuerte impacto en los negocios locales. Paradójicamente, la apertura contó con un nuevo impedimento, esta vez dirigido a los vendedores ambulantes, que se encontraron con una barrera que imposibilitaba el trabajo en determinados espacios alrededor del estadio. A partir del concepto de espacio gris de Goren Yiftachel y de revisiones bibliográficas, análisis del Término de Ajuste de Conducta, salidas a campo y entrevistas, este trabajo busca analizar los impactos que sufrieron estos trabajadores, quienes vieron que se les cerraban espacios, mientras que el espacio libre, sin reglas ni barreras, era el único posible para las ventas. Debido a este análisis, es posible vislumbrar un posible incremento de este problema en función de la posibilidad de renovar el estadio, lo que, a su vez, podría provocar una aceleración en el proceso de exclusión de esta zona en su conjunto, provocando aún más daños a los vendedores ambulantes.

PALABRAS-CLAVE: Informalidad urbana; Vendedores ambulantes; São Januário.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao sair do transporte público e caminhar por uma larga avenida, o grande foco se torna chegar aos arredores do estádio de São Januário para comer um churrasquinho e beber uma cerveja, sendo essa forma de socialização uma das maiores tradições para quem vive nas arquibancadas semanalmente. Muitas das vezes, o grupo de amigos e/ou

familiares cria um vínculo de anos com o mesmo espaço e os mesmos trabalhadores que proporcionam tal vivência antes da partida começar.

Essa gama de trabalhadores, que vende desde churrasco e cerveja até camisas e acessórios, faz da experiência futebolística um dos meios mais informais que podemos mencionar, onde ao refletir a ida ao jogo, vislumbramos uma grande tabela pelo espaço geográfico entre o “torcedor consumidor” e o trabalhador informal.

O ambulante, presente no espaço público carioca há séculos, vivenciou um enorme impacto em seu trabalho a partir da volta dos jogos no estádio vascaíno em setembro de 2023. Após a interdição que durou três meses, o retorno de São Januário presenciou barreiras físicas que impossibilitavam a presença desses trabalhadores em determinados espaços nos arredores do estádio, fazendo com que a moral e a renda dessas pessoas fossem diretamente abaladas por conta deste processo. Inserido numa lógica informal da economia, esse tipo de trabalho foi diretamente afetado pela Prefeitura do Rio de Janeiro com tal medida, mesmo após uma suposta defesa por parte do Estado durante o período sem a realização de partidas.

A informalidade, por sua vez, possui uma interdependência com a formalidade, podendo ser exemplificada a partir dos trabalhos de Bayat (2010), Roy (2009), Roitman (2004) e Fernandes (2021). Nesses estudos, é possível observar como a informalidade não está presente somente em uma parcela da sociedade, sendo produto do próprio Estado, que produz o caráter informal e cria uma dinâmica que retroalimenta essas duas caracterizações. A partir dessa linha, a presente pesquisa busca analisar os impactos da reabertura de São Januário a partir da presença de barreiras físicas para o trabalho do comércio ambulante, identificando e analisando, a partir do conceito de espaço cinzento, desenvolvido por Yiftachel (2009), os espaços interditados e livres nos arredores do estádio para esses trabalhadores..

Adentrando a lógica espacial de um dia de futebol no quase centenário estádio vascaíno, o presente trabalho está dividido em cinco seções. A segunda seção busca, a partir de revisões bibliográficas, apresentar o estádio vascaíno e seus arredores antes da interdição sofrida em junho de 2023. A terceira analisa o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e o Vasco da Gama, enquanto a quarta investiga, por idas ao campo e entrevistas com os trabalhadores, a introdução das barreiras físicas aos ambulantes e os espaços livres e interditados. A quinta, por sua vez, fica destinada às considerações finais.

UM ESPAÇO CINZENTO

Inaugurado em 1927, o estádio Vasco da Gama, popularmente conhecido como São Januário, é um dos equipamentos esportivos mais importantes do Brasil. Palco de momentos marcantes da história nacional, o estádio localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, foi aproveitado para diversos fins, desde manifestações políticas, como as cerimônias e atos de Getúlio Vargas entre as décadas de 1940 e 1950 e o grande comício do Partido Comunista Brasileiro que atraiu mais de 100 mil pessoas em 1945. Além da política, diversas exposições artísticas e culturais também foram realizadas nesse palco, como grandes shows e desfiles de escolas de samba (Bezerra e Mesquita, 2023).

Todavia, antes mesmo das suas diversas utilizações, São Januário promoveu uma mudança no paradigma locacional dos estádios (Mascarenhas, 2017). O futebol das primeiras décadas do século XX era um esporte voltado para as elites, embora já fosse praticado nas áreas suburbanas da cidade graças a sua popularidade. Com isso, os principais equipamentos esportivos eram localizados no centro e na zona sul do Rio de

Janeiro. A partir de diversos fatores, como a disponibilidade de grandes terrenos, preços acessíveis, facilidade de acesso e a razoável infraestrutura, por ter sido em outrora o bairro imperial, o Vasco da Gama optou pela região de São Cristóvão, na zona norte do Rio, como o local mais adequado para a construção do seu estádio (Ferreira, 2004).

Estar situado em uma região menos abastada, já seria, em si, um grande motivador para diversas ações e discursos que apontassem o clube, e o seu equipamento esportivo, como inferiores. Porém, com a formação da favela da Barreira do Vasco, no final da década de 1930 (SAGMACS, 1960), um novo marcador social constituiria todo um discurso em torno do estádio vascaíno a partir da sua localização e a sua vizinhança. Perto do centro da cidade, com postos de trabalho na área industrial de São Cristóvão e próximo da comunidade pesqueira do Caju, a Barreira do Vasco se tornava uma opção satisfatória para as pessoas que chegavam de outras partes da cidade e do país, o que fez a nova favela crescer (SAGMACS, 1960).

As favelas constituíram o seu significado a partir de uma construção social durante o século XX, surgindo para responder uma urgência de determinado período histórico. A partir de um discurso higienista que via os moradores da favela como grandes responsáveis pela reprodução de microorganismos e de significações em torno do termo, a favela seria o “outro”, o “não-cidade”, carregando consigo um aspecto que apontaria essa localidade como uma grande ameaça para os cidadãos e a cidade em si (Almeida, 2016).

Segundo Roy (2017), a favela se tornou a metonímia das cidades do sul global, sendo o itinerário mais comum para o reconhecimento do Terceiro Mundo. A favela seria a arena mais propícia para diversas ações informais dentro do espaço urbano, todavia, à luz da teoria da informalidade, o informal “não se restringe ao espaço

delimitado da favela”, sendo um “modo de produção do espaço que conecta as geografias aparentemente separadas da favela e do subúrbio” (Roy, 2017, p. 16). Dito isso, a informalidade não é de caráter exclusivo dos espaços mais pobres da cidade, ela também está presente nos espaços mais nobres, sendo sua leitura uma expressão de poder de classe, sendo muitas vezes, apontadas como formais pelo Estado, enquanto outras formas de informalidade continuam sendo deslegitimadas (Roy, 2017).

Voltando o foco para São Januário, que está fixado na zona norte da cidade e é vizinho de uma favela, encontra-se a inserção do estádio numa lógica complexa, onde “atos informais” estão localizados em um espaço cinzento, como aponta Goren Yiftachel (2009). O espaço cinzento, para o autor, é o espaço que normalmente é tolerado discretamente, muitas vezes encorajado, ao mesmo tempo que ficam sobre vigilância, formando margens que podem ser alargadas ou ajustadas, de acordo com os interesses. Roy (2017) aponta que o espaço cinzento trabalhado por Yiftachel estaria entre a “brancura” da legalidade, segurança e aprovação e a “pretura” do despejo, destruição e morte. O cinzento, então, evidenciaria a flexibilidade estatal na relação formal-informal, pois a informalidade existe no próprio seio do Estado, sendo parte integrante das práticas territoriais do poder estatal, como Roy (2009) aponta em seu estudo sobre a impossibilidade de planejamento das cidades na Índia por parte do Estado.

Ao defender a informalidade como um sistema desregulamentado e não não regulamentado, Roy (2009) reflete sobre a desregulamentação como uma informalidade calculada, com intencionalidade nas ações e nos planejamentos, onde uma aparente desregulação cria um novo cenário. É a partir disso que a autora defende a desregulamentação da informalidade como uma forma de regular, sendo distinto do pensamento de um Estado ausente (Roy, 2009).

Nessa mesma perspectiva, Yiftachel (2009) reflete sobre a regulação ou desregulação de determinado espaço a partir da ideia de espaço cinzento. O autor escreve que na maioria dos casos o cinza será mantido através de um não reconhecimento, acompanhado de uma indiferença marginalizante, onde a manutenção desse espaço é seguida por diversos interesses, onde aspectos importantes da economia local pode ser um viés para uma inclusão parcial.

E o cinza deixa de ser cinza em algum momento? Segundo Yiftachel (2009), o espaço cinzento pode passar por um sistema de “lavagem”, criado a partir de uma ordem superior, por interesses poderosos. Essa lavagem, “embranqueceria” tal espaço a partir da visão do que é legal, seguro e aprovado. Por outro lado, o mesmo espaço cinzento poderia sair dessa lógica de indiferença para ser “escurecido”, marginalizando a área e trazendo efeitos de destruição, expulsão ou eliminação, a partir de atos violentos do Estado.

Trazendo para a realidade de São Januário, é possível identificar a lógica do trabalho dos ambulantes no entorno do estádio em dias de jogos e a indiferença marginalizante em torno desta ocupação, onde o Estado, por muitos anos, não interviu neste espaço cinzento. O ambulante, um trabalhador informal, possuía livre acesso nos arredores do equipamento esportivo, vendendo desde itens do clube, como camisas e objetos variados, até bebidas e alimentos.

Segundo o art. 1º da lei municipal nº 1.876, de 29 de junho de 1992, o ambulante ou camelô “é a pessoa física que exerce essa atividade profissional por sua conta e risco, com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido nesta Lei, apregoando suas mercadorias” (Rio de Janeiro, 1992). Tal profissional desenvolveu importante papel na constituição do cenário carioca, podendo ser visto na paisagem da cidade desde o período de escravidão.

No final do século XIX, era intensa a presença de pessoas escravizadas no âmbito da cidade. Citando o trabalho de Soares (1988), Silva (2023) se debruça ao apontar as diversas oportunidades de ganho, onde era necessário uma licença da Câmara Municipal do Império para as atividades nas ruas, no qual seus senhores desembolsavam 1\$000 réis pela licença que vigorava por um ano. A prática era tão vantajosa que muitos senhores investiam somente na compra de escravos de ganho como fonte de renda (Silva, 2023).

A partir desse grande contingente de escravizados na cidade, variadas atividades laborais surgiram, como o aluguel para serviços domésticos, o transporte de mercadorias, o serviço de carga e descarga na zona portuária, que deu origem a classe dos estivadores e o comércio ambulante (Silva, 2023). Nesse sentido, Silva (2023) retoma uma discussão elaborada por Soares (1988) em torno da “coisificação” em torno desses trabalhadores, vistos como propriedade de seus senhores. Desde o período, portanto, o trabalho ambulante é interpretado por boa parte da sociedade como um serviço inferior, sendo realizado por um escravizado, por uma propriedade alheia. A partir de uma perspectiva de continuidade histórica do comércio ambulante, Martins (2009) analisa a cidade de Campinas, relacionando a desconfiança dessa atividade por boa parte da população da cidade entre o final do século XIX e início do século XX, pela relação com os escravizados.

Ao pensar a contemporaneidade e o trabalho ambulante, é possível enxergar semelhanças com o início do século passado que o enxergava como um serviço inferior. A necessidade do espaço público, principalmente as ruas, também é um ponto que atravessa os dois períodos históricos, todavia, é pensando na continuidade histórica, como trabalha Martins (2009), que enxergamos tais permanências. Os dias atuais, porém, possuem uma maior complexidade, onde os trabalhadores urbanos flutuam

entre as fronteiras porosas, como diz Telles (2009), do legal-ilegal, formal-informal, lícito-ilícito.

As fronteiras porosas da contemporaneidade citadas acima e a complexidade que os espaços cinzentos possuem em São Januário, e em todo o seu processo de fechamento e reabertura, são um exemplo significativo de como essas definições entre legal e ilegal, o cinza que é ou não “lavado”, variam de acordo com as peças no tabuleiro e os diversos interesses envolvidos.

Nesse primeiro momento, se volta a atenção para o primeiro semestre de 2023, onde o estádio vascaíno recebia partidas normalmente, com a presença de milhares de torcedores oriundos de diversas regiões do estado e até do país. O grande fluxo de pessoas no entorno de São Januário chamava atenção de todos e era uma grande oportunidade para diversos trabalhadores, dito informais, que vislumbravam com boas perspectivas um aumento significativo de sua renda a partir da venda de seus produtos. Até então, São Januário era um espaço cinzento, como visto na **figura 1**, flexível em ações por parte dos próprios ambulantes e pelo Estado.



Figura 1. Mapa de São Januário cinzento.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Nesse entorno, a avenida Roberto Dinamite veste a camisa 10 da popularidade do pré-jogo, contando com três portões de ingresso ao estádio, sendo um para o setor social (P1), um para o setor vip (P3) e um para a arquibancada (P5). Nota-se uma grande concentração de transeuntes nessa principal avenida, causando um acúmulo de pessoas comparado com a rua Francisco Palheta, que possui apenas um acesso para arquibancada (P9), e com a rua São Januário, que por ser destinada à torcida visitante (P11), apresenta um fluxo ainda menor.

Por conta dessa flexibilidade regulatória que o espaço cinzento dispõe, o trabalho ambulante detinha de certa liberdade transitória, onde cada trabalhador poderia escolher o local que possibilitaria uma maior quantidade de vendas de acordo com o fluxo dos torcedores. A **figura 2** impressiona com o expressivo quantitativo de ambulantes imersos na multidão de vascaínos, indicando que a atividade possuía um significativo atrativo. Cada guarda-sol representa a presença de pelo menos um

ambulante, localizados na grande concentração de torcedores, a avenida Roberto Dinamite. Na imagem é possível observar uma parte da avenida e as grades para organização do acesso ao portão 5 (arribancada) no canto inferior direito.



Figura 2. Sem barreiras e com mais ganho.

Fonte: Vasco da Gama (2022).

Além da presença dos ambulantes, ilustrada pelos coloridos guarda-sóis, é possível notar uma quantidade significativa de automóveis estacionados. O espaço era comumente utilizado por flanelinhas para o estacionamento de veículos durante os dias sem jogos, havendo uma continuação de tal prática nos dias com partidas, provocando uma maior dificuldade no tráfego de pessoas pelo espaço citado.

O espaço cinzento, desregulado pelo Estado, flexível, com forte presença de atividade informal, não reconhecido, pois não havia nenhum tipo de credenciamento dos trabalhadores, presenciou um episódio que mudaria o panorama desse ambiente no

dia 22 de junho de 2023, uma quinta-feira, quando o Vasco da Gama enfrentou a equipe do Goiás. Na ocasião, descontentes com o resultado da partida, válida pelo campeonato brasileiro de futebol, a torcida vascaína entrou em confronto com a polícia militar no interior do estádio, resultando em cenas fortes de enfrentamento que acabou se alastrando para as ruas do entorno.

Diante de tais acontecimentos, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) pediu a interdição do estádio vascaíno, alegando falta de segurança para os frequentadores. Em sentença polêmica, o juiz Marcelo Rubioli afirmou que São Januário é “cercado pela comunidade da Barreira do Vasco”, com suas ruas estreitas gerando insegurança, sendo possível ouvir “comumente estampidos de disparos de armas de fogo”. (Schiavinato e Peixoto, 2023).

A decisão do MPRJ, e principalmente as palavras utilizadas, não foram bem recebidas pelo Vasco da Gama, pela sociedade civil e mais especificamente pelos moradores da Barreira. A presidente da Associação de Moradores da Barreira do Vasco, Vânia Rodrigues da Silva, reforçou o sentimento de tristeza ao presenciar o preconceito e o racismo com a favela (Schiavinato e Peixoto, 2023). Em nota oficial, o Vasco da Gama se posicionou contrário ao fechamento do estádio, apresentando a posse das licenças necessárias para funcionamento, além de ressaltar o orgulho em estar inserido na Barreira do Vasco e próximo ao Morro do Tuiuti e da comunidade do Arará, outras favelas da região.¹

A partir da polêmica, diversos atores da sociedade civil se mostraram solidários com a Barreira e a causa vascaína. Vereadores do Rio de Janeiro convocaram uma audiência pública para debater a interdição, jornais e programas televisivos apontaram que as motivações para o processo era uma forma de estigmatização da favela e os

¹ Vasco protesta contra decisão da justiça. O Globo, 05/08/2023.

vascaínos se organizaram para assistir um jogo do clube por meio de um telão na rua Roberto Dinamite para expor que a localização do estádio não era ativo de violência.

Com tal cenário, o Estado mostrou uma outra faceta, evidenciando o caráter flexível dito anteriormente. A Prefeitura do Rio de Janeiro elaborou um relatório que revelou a importância do estádio e da realização dos jogos para a economia local. Segundo o Observatório do Trabalho Carioca, vinculado a Secretaria de Trabalho e Renda da Prefeitura, o comércio local teve queda de 60% do seu rendimento durante os 3 meses que São Januário esteve interditado, afetando 250 trabalhadores que eram contratados em dias de jogos, além de impactar mais de 300 trabalhadores informais e 18 mil pessoas direta e indiretamente (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023).

A grande repercussão em torno da interdição acelerou o acordo entre o Vasco da Gama e o MPRJ para assinarem um Termo para a volta dos jogos com público em São Januário. Com o Termo assinado, o Vasco voltou a receber sua torcida no dia 21 de setembro de 2023, onde a celebração dos cinco gols do time mandante sinalizavam uma ruptura com os últimos meses de angústia para os amantes do gigante da colina e os trabalhadores que necessitavam da febre futebolística nas ruas do bairro. Porém, para a reabertura, uma série de medidas foram tomadas pelo Vasco da Gama e pela Prefeitura, causando mudanças na estrutura do espaço cinzento.

AJUSTANDO A CONDUTA

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), é um documento utilizado por órgãos públicos para afinar condutas em torno do cumprimento da lei. O TAC São Januário, que permitiu a reabertura do estádio, ressalta a grande repercussão e a importância histórica, cultural, esportiva e econômica do estádio, apontando que o

clube organizador e os órgãos públicos fiscalizadores, devem cooperar suas ações em torno das dinâmicas próprias de cada evento e de suas características (Brasil, 2023).

No documento, o MPRJ indica sete cláusulas para serem cumpridas pelo Vasco da Gama com determinados prazos estabelecidos, que seriam a ampliação do acesso ao estádio pelo portão 9, a substituição das câmeras de vigilância, a implementação de biometria facial nas catracas de acesso, garantia de aceno ao MPRJ e demais órgãos públicos fiscalizadores de segurança no Centro de Monitoramento e Segurança do estádio de São Januário, um Posto Avançado de Controle para o Batalhão Especial de Policiamento em Estádios (BEPE) da polícia militar, ações educativas com as torcidas organizadas do clube e a criação do Grupo de Trabalho São Januário, que seria um espaço cooperativo entre os órgãos públicos e a Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, “permitindo uma atuação estratégica de todos os envolvidos” (Brasil, 2023).

Nota-se, que mesmo citando a devida cooperação entre as diversas instituições envolvidas nos bastidores de uma partida de futebol, somente o Club de Regatas Vasco da Gama possui a obrigação de “ajustar sua conduta” perante a organização do evento, não citando nenhum ajuste de outros atores envolvidos no ordenamento de uma partida de futebol. Por mais que o Termo tenha o clube como comprometente, fica entendido que para o MPRJ a responsabilidade do confronto entre torcida e polícia é quase que exclusiva do Vasco da Gama e a estrutura do estádio, ausentando qualquer incumbência da polícia militar em tal embate², não solicitando nenhuma alteração na conduta da corporação envolvida nos acontecimentos do dia 22 de junho.

Os termos de ajustamento de conduta, por sua vez, já sofreram com algumas críticas em torno da sua efetividade. Ao analisar conflitos socioambientais, mais precisamente os casos de rompimento de barragem nas cidades de Brumadinho e

² Nas redes sociais após o confronto, muitos acusaram a polícia militar de agir de maneira despreparada na ocasião, sendo uma causadora do aumento e da expansão do embate para fora do estádio.

Mariana, em Minas Gerais, Ribeiro (2020) questiona a eficácia do instrumento na tutela preventiva e reparatória, apresentando inadequação da gestão de riscos e participação pouco efetiva dos atores envolvidos. Por sua vez, Galiotto (2018) verifica a contribuição do TAC firmado entre o Ministério Público e o município de Santa Tereza, no Rio Grande do Sul. O autor aponta como o Termo foi um importante instrumento de mitigação de dano ambiental na região da Bacia Hidrográfica do do Rio Taquari-Antas.

Em ambos os estudos citados acima, o TAC se apresenta como uma resposta do Estado ao contexto do conflito. Todavia, essa ação não resolve os problemas encontrados nesses cenários conturbados, sendo um instrumento de mitigação. Em São Januário, o TAC é pensado na segurança dos envolvidos na partida de futebol, porém, a medida aparenta ter um caráter que suaviza as críticas em torno do fechamento do estádio, ao mesmo tempo que solidifica um discurso de controle dos espaços de lazer. A biometria facial, por exemplo, uma das cláusulas do Termo assinado entre MPRJ e Vasco, foi anunciada como medida obrigatória nos jogos do Flamengo em 2024, fazendo com que o clube se enquadre na nova Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) que prevê a adoção de biometria por reconhecimento facial em estádios com capacidade igual ou superior a 20 mil pessoas dentro de um prazo de dois anos.³

Os conflitos em São Januário, por sua vez, não cessaram. No último jogo do clube no ano de 2023 em seu estádio, contra a equipe do Red Bull Bragantino, mesmo com o resultado positivo, foi possível observar um forte confronto entre torcedores e seguranças privados contratados pelo clube nas arquibancadas que durou alguns minutos, evidenciando o caráter de mitigação, e não de resolução de conflitos, que os TAC's possuem.

³ Flamengo anuncia biometria facial no Maracanã em 2024. GE, 08/01/2024.

Além da permanência de algumas problemáticas e a progressão de políticas de controle, como o caso da biometria facial, outros pontos de avanço por parte do Estado podem ser observadas neste processo de reabertura do equipamento esportivo vascaíno, sendo a ação contra os ambulantes no entorno do estádio um exemplo evidente. Em 2 de junho de 2022, a Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Ordem Pública, com o apoio da Guarda Municipal, impediu o trabalho dos ambulantes no entorno do estádio em partida do clube da casa contra o Grêmio.⁴

Embora tais ações por parte da Prefeitura não fossem mais vistas no restante do ano de 2022, nem no primeiro semestre de 2023, após a reabertura de São Januário, as medidas de restrição em torno dos ambulantes retornaram com mais efetividade. Com grades delimitando os espaços interditados para a presença desses trabalhadores, como apresentado na **figura 3**, o entorno do estádio sofreu uma espécie de classificação a partir de barreiras, podendo ser interpretadas como áreas interditadas e livres.

Com o Vasco da Gama tendo sua conduta ajustada e o Estado avançando nas suas medidas de controle - no interior do estádio e com os trabalhadores -, a “informalidade” sofreu um forte impacto na sua forma de atuação, a partir de uma delimitação espacial não vista em nenhum outro momento. Felizes pelo retorno mas preocupados com a lógica limitante, essas pessoas vivenciaram nove partidas no restante de 2023 (oito com mando de campo do Vasco e uma do Botafogo), onde as grades afastaram esses ambulantes das áreas de maior concentração de torcedores antes da bola rolar.

⁴ Prefeitura realiza operação no entorno de São Januário para impedir trabalho de ambulantes. Netvasco, 02/06/2022.



Figura 3. Uma barreira ambulante.

Fonte: Próprio autor (2023).

OS ESPAÇOS INTERDITADOS E LIBERADOS⁵

A volta do Vasco ao seu estádio foi encarada como uma grande vitória contra o preconceito, com o clube reafirmando seus laços com a Barreira do Vasco e adotando um discurso de resistência. Para as pessoas que não frequentaram São Januário entre setembro e dezembro de 2023, tudo parecia ter voltado a sua normalidade. Todavia, desde a partida que marca a reabertura, foi possível notar uma nova forma de organização espacial que afetou diretamente a classe dos trabalhadores ambulantes.

⁵ Yiftachel (2009) faz menção ao branco e ao preto para descrever os espaços cinzentos que passam a ser regulados ou não. Optou-se neste trabalho por utilizar as expressões “interditados” e “liberados” por conta do histórico racial do Brasil. Reproduzir um “espaço empretecido”, ou algo semelhante, ao ilegal, sem regulações, etc., seria passível de interpretações errôneas sobre a abordagem utilizada.

Os espaços públicos, como calçadas e ruas, são os ambientes prioritários para esse tipo de trabalho, pois possibilitam o trânsito de pessoas e, conseqüentemente, o comércio (Kitamura, Miranda e Ribeiro Filho, 2007). Ao distinguir o comércio informal em três grupos, Cleps (2009) apresenta os fixos, que se encontram em pontos estratégicos da cidade, com alta movimentação de pessoas, os periódicos, que estariam voltados para áreas de lazer, como os estádios de futebol, estando inseridos em uma periodicidade de tempo, como finais de semana e feriados, e os ocasionais, que estariam presentes no entorno dos comércios formais em atos públicos.

Portanto, a localização e a sua ligação com o contingente humano é uma esfera de extrema importância para o serviço ambulante e toda a sua dinâmica de venda. O espaço que possui o maior número de pessoas, é o espaço prioritário para a comercialização dos itens vendidos pelos ambulantes. A partir do momento que o Estado coloca parâmetros que afetam a relação ambulante-espaço-consumidores, o impacto nos comerciantes se torna imediato. Yiftachel (2009), ao falar da importância do planejamento, enuncia como essa ferramenta pode ser uma forma poderosa de moldar a vida e as subjetividades dos indivíduos. Para o autor, o planejamento, ou a suposta falta dele, fornece às autoridades um conjunto de tecnologias com as quais os governantes podem legalizar, criminalizar, incorporar ou expulsar.

Ao planejar os arredores de São Januário após a reabertura, a Prefeitura do Rio de Janeiro não pensou na legalização dos trabalhadores ambulantes, não os criminalizaram, mas de certa forma, os expulsaram de espaços com esse grande fluxo humano. Como pode ser visto na **figura 4**, os espaços interditados são os que possuem portões de acesso para a entrada de torcedores, logo possui maior volume de pessoas, enquanto os espaços liberados, sem portões de acesso, são livres para o trabalho ambulante, mas com riscos que veremos mais à frente.



Figura 4. Mapa dos espaços interditados.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2024).

Fato curioso dessa nova disposição, é a não relação dos acontecimentos que levaram a interdição do estádio com a ordenação do trabalho ambulante. O confronto entre torcedores e policiais se deu no interior de São Januário e se alastrou para fora após o fim da partida, onde existe, de maneira natural, uma dispersão dos ambulantes. Nos nove últimos jogos de 2023, o trabalho ambulante é enclausurado com as barreiras antes dos jogos, tendo seu fluxo “liberado” já na saída dos torcedores do estádio, enquanto os problemas de acesso, como as grandes filas, continuaram acontecendo durante boa parte de 2023⁶. Como dito anteriormente ao analisar o TAC, o problema não é totalmente resolvido, sendo apenas mitigado pelo Estado.

⁶ Cabe salientar que durante 2024, com a implementação da biometria facial nos acessos do estádio, o acesso ao estádio se tornou mais fluido, todavia, outras problemáticas surgiram, como a dificuldade na leitura da biometria em alguns casos. Casos de violência no interior do estádio também aconteceram durante 2024, principalmente envolvendo torcedores e a segurança privada.

Essa mitigação estatal caminhou junto com o oportunismo de medidas que foram tentadas anteriormente, como a tentativa de impedir o trabalho ambulante vista em 2022. Em trabalho de campo realizado em oito dos nove jogos, vinte e quatro trabalhadores foram entrevistados, sendo três por partida. A insatisfação dos ambulantes foi unânime, sendo reiteradamente discutida a relação do trabalho exercido por eles com a segurança dos torcedores, além do medo de terem seu trabalho proibido ou terem seus produtos apreendidos pela Guarda Municipal, como aconteceu em alguns casos durante o fim de 2023.

Ao serem perguntados se possuem alguma forma de organização para representação da classe, alguns apontaram que trabalham por conta própria, estabelecendo vínculos diários com seus “vizinhos de ponto”. Outros disseram existir um grupo em um aplicativo de mensagens por celular, o que facilitaria a comunicação entre eles, onde um sistema de ajuda mútua ocorre. Nenhum deles apontou um sindicato, uma organização ou algo do gênero que poderia representar os interesses desse grupo de trabalhadores, sendo inclusive visto por eles como uma medida que poderia ser benéfica mas que poderia causar problemas na relação entre eles: “seria bom mas quem poderia ser o chefe dessa organização aí? Tem que ter uma confiança de geral. É complicado”.

A falta de licença para o trabalho não foi vista como algo prejudicial por nenhum dos vinte e quatro entrevistados, porém três deles, duas senhoras de aproximadamente 50 anos e um senhor de 36 anos, apontaram que as licenças poderiam ajudar na organização do espaço, sem a necessidade de implementação das grades. Judith⁷ ressaltou que “com licença poderiam fazer igual no carnaval. A gente pega um colete, bota uma licença no pescoço e fica aqui à vontade para trabalhar. Vão

⁷ Pelo receio dos ambulantes ao serem entrevistados, todos os nomes inseridos neste trabalho são fictícios visando proteger a identidade dessas pessoas.

ter nossos dados com eles e a gente fica aqui tranquilo”⁸. Surpreende como o controle de dados é tão comum nos dias atuais, principalmente em plataformas digitais, que os trabalhadores naturalizaram a cessão dessas informações em troca de uma segurança por seu trabalho.

Sem todo esse “controle”, o “espaço liberado” conta com a presença de inúmeros autônomos informais residentes da Barreira do Vasco e região, como o Morro do Tuiuti e o Caju. Chama a atenção também a presença de trabalhadores oriundos da Mangueira, Saúde e de cidades da Baixada Fluminense, como Duque de Caxias e São João de Meriti. A atração para geração de renda faz com que o evento esportivo seja uma grande oportunidade para essas pessoas.

Já o espaço interditado aos ambulantes, por sua vez, fez surgir um incômodo nos trabalhadores. André reiterou o impacto econômico de tal medida e expressou forte tristeza ao se sentir desprezado do espaço: “nos sentimos excluídos aqui, jogados de lado. É uma sacanagem! O próprio torcedor sente nossa falta ali”. O “ali” é o espaço ordeiro, sem a presença dos ambulantes e com a suposta segurança de todos os torcedores. Na “área interditada”, existe apenas a presença de bares e estabelecimentos fixos, ocorrendo uma grande demanda de consumidores para poucos bares disponíveis. Com isso, foi comum observar torcedores carregando com suas mãos as bebidas oriundas de fora dessa área para dentro, num fluxo incomum anteriormente.

Com a medida já consolidada, a partir do terceiro jogo após a reabertura a “área interditada” começou a receber ambulantes que conseguiam fugir do controle das barreiras. Com pequena quantidade de bebidas e recipientes menores, esses trabalhadores começaram a desenvolver táticas para comercializarem seus produtos. Como pode ser visto na **figura 5**, a inserção dessas pessoas era feita de maneira

⁸ No carnaval carioca, assim como em outras cidades, existe um período de cadastramento dos trabalhadores para um sorteio que autoriza a atuação dessas pessoas nas ruas da cidade. Esses ambulantes são identificados por coletes e material fornecido pela Prefeitura.

individual, com elementos de menor porte e visualização, como essa mochila que era utilizada.



Figura 5. O furo da barreira.

Fonte: Próprio autor (2023).

A estratégia das mochilas se consolidou rapidamente e os que atuavam nessa infiltração começaram a ganhar mais confiança, afinal a identificação da venda de determinados produtos é crucial para o potencial cliente exercer a compra. As **figuras 6 e 7** evidenciam esse avanço técnico e visual, onde as mochilas são substituídas por um receptáculo térmico.



Figuras 6 e 7. Avanço na área proibida.

Fonte: Próprio autor (2023).

Em meio ao avanço do poder público no controle espacial, os ambulantes evidenciaram que podem pensar em táticas que superem as barreiras impostas pela Prefeitura, ao mesmo tempo que é possível observar como a maleabilidade do Estado pode fazer com que um setor seja defendido publicamente e posteriormente seja negligenciado, sem nenhum diálogo presente. A situação dos trabalhadores ambulantes no entorno do estádio de São Januário a partir da sua reabertura, é um exemplo nítido de como a informalidade é complexa e atravessa diversos setores da sociedade, sendo um fenômeno popular mas também uma característica da estrutura do poder, como aponta Roy (2009).

Para o futuro, o Vasco da Gama estuda uma reforma do seu estádio, dobrando sua capacidade e adicionando espaços de convivência no interior dos muros cruz-maltinos. Essa obra impactaria não só nas estruturas vascaínas, como causaria mudanças nas vias de acesso para São Januário, afetando a disposição de ruas. Tal

medida pode acelerar um processo de exclusão do espaço pelo poder público, fato que foi visto no próprio processo de arenização do Maracanã, como nos diz Perni (2017), ao analisar as diferenças entre São Januário e o principal estádio do Rio de Janeiro. Cabe ao clube e a própria Prefeitura da cidade, analisarem a situação sem esquecer do impacto que uma partida de futebol causa não só no trânsito, na ordenação do espaço público e nas emoções dos torcedores, mas também na renda de diversas famílias que necessitam desse trabalho para seu sustento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2023 evidenciou um complexo panorama na relação Estado-informalidade nos arredores do estádio de São Januário. Com mudanças que impactaram a forma de operação dos ambulantes, o espaço cinzento foi dividido, havendo uma evidente separação entre a possibilidade, ou não, de atuação desses trabalhadores. A interdição do espaço para os ambulantes, a partir de um ordenamento, e a liberação em áreas mais afastadas das principais entradas do equipamento esportivo, com risco de apreensão de mercadorias, causaram perdas econômicas além de afetarem a própria auto-estima dessas pessoas que passaram a se sentir inferiorizadas.

As táticas de sobrevivência vistas por esses trabalhadores, fizeram com que novas técnicas fossem inseridas no novo contexto encontrado após a reabertura de São Januário. A avenida Roberto Dinamite, uma das principais vias de comércio informal em dias de jogos, contou com uma mudança abrupta em sua paisagem, saindo de um vasto colorismo a partir da presença dos trabalhadores informais com seus guarda-sóis para uma camuflada inserção dos ambulantes no espaço interdito,

no qual poderíamos classificar como uma “infiltração proibida”, perante as estratégias efetuadas que não permitem classificarmos nem como um espaço totalmente interdito nem cinza como anteriormente.

Para o futuro, com a reforma do estádio vascaíno cada vez mais discutida nos corredores cruz-maltinos, se apresenta como causa de discussão a presença, ou não, dos trabalhadores ambulantes nessa perspectiva que vê nas arenas esportivas, um evidente espaço em busca da capitalização de toda a vivência em torno de uma partida de futebol. Com a possibilidade da ocorrência de espaços de convivência no interior do estádio, se torna uma preocupação o futuro de centenas de pessoas que encontram nas imediações da Barreira do Vasco e do Vasco da Gama, uma forma de se sustentar, com um grande risco do processo de exclusão ser ainda mais agressivo a partir de tal reforma.

O trabalhador ambulante, que sofreu com a interdição do estádio vascaíno por três longos meses, enxergou na reabertura um ressurgimento de suas atividades e ganhos, todavia, encontrou nas barreiras impostas uma outra interdição. As pequenas “transgressões” no interior da área interdita não são suficientes para reabilitar financeira e moralmente esses trabalhadores, estando reféns de tal medida imposta pelo poder público. Cabe agora à Prefeitura do Rio de Janeiro, o mesmo empenho de quando ficou ao lado do Vasco para o fim da interdição de São Januário, encerrando o processo de impedimento por barreiras iniciado em setembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos aos professores Rafael Almeida, Marianna Moreira e Matheus Grandi pelas ricas discussões em torno da informalidade urbana, além da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rafael Gonçalves. *Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção de um espaço*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, P. 510, 2016.

BAYAT, Asef. The quiet encroachment of the ordinary. In: Bayat, A. *Life as politics: how ordinary people change the middle east*. ISIM/Amsterdam University Press, Amsterdam, P. 43-65. 2010.

BEZERRA, Rafael Freitas; MESQUITA, Zandor Gomes. A geografia como camisa dez: uma análise da produção do espaço a partir do estádio de São Januário. *Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia*, Rio Claro. v. 21, n. 1. P. 100-121. 2023.

BRASIL. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.. *Tac - São Januário: Termo de Ajustamento de Conduta*. Rio de Janeiro, 2023.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). *Sociedade & Natureza*, n. 21, v. 3, p. 327-339, Uberlândia, 2009.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. *Revista de Antropologia*. v. 64, n. 3, USP. 2021.

FERREIRA, Fernando da Costa. *O bairro Vasco da Gama: um novo bairro, uma nova identidade?* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

Flamengo anuncia biometria facial no Maracanã em 2024; cadastro será obrigatório para ir aos jogos. Globo Esporte. 2024. Disponível em: <<https://ge.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2024/01/08/flamengo-anuncia-biometria-facial-no-maracana-em-2024-cadastro-sera-obrigatorio-para-ir-aos-jogos.ghtml>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GALOTTO, Rubiane. *A contribuição do Termo de Ajustamento de Conduta-TAC na mitigação do dano ambiental: o caso prático dos corredores ecológicos na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

KATIMURA, Camila, MIRANDA, Mariana, RIBEIRO FILHO, Vitor. O comércio e serviços ambulantes: uma discussão. *Caminhos da Geografia*, v. 8, n. 23, p. 20-26, 2007.

MARTINS, Valter. Pelas ruas, de porta em porta. Verdureiros, quitandeiras e o comércio ambulante de alimentos em Campinas na passagem do Império à República. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa/PR, v. 14, n° 2, p. 53-81. 2009.

MASCARENHAS, Gilmar. São Januário, essa força estranha. *Ludopédio*, São Paulo, v. 100, n. 20, 2017.

PERNI, Krycia da Silva. *Dois lugares, dois caminhos*: Maracanã e São Januário. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Proibição dos jogos em São Januário*: o impacto na geração de trabalho e renda. Observatório do Trabalho Carioca. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <[Relatório - PROIBIÇÃO DOS JOGOS EM SÃO JANUÁRIO: O impacto na geração de Trabalho e Renda \(prefeitura.rio\)](#)>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RIBEIRO, Amanda Marques. *O termo de ajustamento de conduta na resolução de conflitos socioambientais*: uma análise sobre possíveis formas de aprimoramento. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RIO DE JANEIRO. Lei n° 1.876, de 29 de junho de 1992. *Dispõe sobre o comércio ambulante no município e dá outras providências*. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1992/188/1876/lei-ordinarian-1876-1992-dispoe-sobre-o-comercio-ambulante-no-municipio-e-da-outras-providencias?q=ambulante>>. Acesso em: 4 jan. 2024.

ROITMAN, Janet. Productivity in the margins: the reconstitution of state power in the Chad Basin. In: DAS, V. e POOLE, D. *Anthropology in the margins of the state*. Oxford University Press, New Delhi, P. 191-224. 2004.

ROY, Ananya. Why India cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization. *Planning Theory*, 8 (1), p. 76-87, 2009.

ROY, Ananya. Cidades faveladas: Repensando o urbanismo subalterno. Rio de Janeiro, *Revista e-metropolis*, n. 31. 2017.

SAGMACS. *Aspectos humanos da favela carioca*: estudo sócio-econômico. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1960.

SILVA, Camila Oliveira da. *O povo da rua: uma análise do cotidiano dos trabalhadores ambulantes na cidade do Rio de Janeiro (1890-1910)*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do Século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n° 16, mar./ago, p. 107-142. 1988.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos estudos Cebrap*, n. 84, p. 153-173, 2009.

Vasco protesta contra decisão da Justiça que manteve São Januário interditado: 'Condição inaceitável'. O Globo, 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/esportes/futebol/vasco/noticia/2023/08/05/em-nota-vasco-prot-esta-contra-decisao-da-justica-que-manteve-sao-januario-interditado-condicao-inaceitavel-e-sui-generis.ghtml>>. Acesso em: 10 jan. 2024.

YIFTACHEL, Oren. Theoretical notes on 'gray cities': the coming of urban apartheid? *Planning Theory*, 8 (1), p. 88-100. 2009.